



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

**UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE CELSO FURTADO:
ENTRE O PENSAMENTO E A AÇÃO**

FELIPE BEZERRA MONTEIRO

JOÃO PESSOA/PB
2014

FELIPE BEZERRA MONTEIRO

**UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE CELSO FURTADO:
ENTRE O PENSAMENTO E A AÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso
elaborado em cumprimento às exigências
curriculares do Curso de Ciências
Econômicas da Universidade Federal da
Paraíba, para obtenção do título de
Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Ivan Targino Moreira

JOÃO PESSOA/PB
2014

FELIPE BEZERRA MONTEIRO

**UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE CELSO FURTADO:
ENTRE O PENSAMENTO E A AÇÃO**

JOÃO PESSOA/PB

2014

FELIPE BEZERRA MONTEIRO

Trabalho de Conclusão de Curso
elaborado em cumprimento às exigências
curriculares do Curso de Ciências
Econômicas da Universidade Federal da
Paraíba, para obtenção do título de
Bacharel em Ciências Econômicas.

COMISSÃO AVALIADORA:

Professor Ivan Targino Moreira (UFPB)
Orientador

Professora Ms. Ionara Stefani Viana de Oliveira (UFPB)

Professora Ms. Fernanda Santos Sarmento (UFPB)

JOÃO PESSOA / PB

2014

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por estar sempre me abençoando, iluminando e guiando os meus caminhos.

Ao professor Ivan Targino agradeço a confiança e a orientação ao longo de todo o trabalho.

Sou grato a minha família, Maria das Neves e Joseval, meus pais e aos irmãos Daniel, Ewerton e Israel pelos imprescindíveis apoios. Aos Meus sobrinhos João Victor, Guilherme e Joaquim, bem como ao meu afilhado Davi pelos vários momentos de alegria.

Meu agradecimento às professoras Serioja Mariano e Nayana Mariano pelas sugestões e indicações de leituras que enriqueceram meu trabalho.

Aos amigos Itallo, Tarcísio, Luciano, Rafael e Jussara, que sempre estiveram por perto. Agradeço a presença amiga e os momentos de descontração, espero que tenhamos longos e prazerosos anos de convívio.

Meu agradecimento mais especial e apaixonado vai para Janina Monteiro, minha esposa, pelo seu amor e dedicação que foram essenciais na elaboração desta monografia.

Sinto-me grato a todos que direta e indiretamente contribuíram para a concretização deste trabalho.

SIGLAS

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina

CPOR – Corpo de Preparação de Oficiais da Reserva

BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

BNB – Banco do Nordeste do Brasil

BNDE – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico

CPOR – Centro de Preparação de Oficiais da Reserva

DASP - Departamento Administrativo do Serviço Público

DNOCS –Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

ILPES - Instituto Latino-Americano e o Caribe de Planejamento Econômico e Social

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

GTDN –Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste

PIB – Produto Interno Bruto

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

ONU – Organização das Nações Unidas

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura

RESUMO

O presente trabalho monográfico consiste em um estudo sobre a vida e a obra do economista paraibano Celso Furtado, especialmente sobre o Relatório *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*. Para maior clareza e entendimento sobre o tema fizemos um resgate histórico sobre sua vida, desde o seu nascimento, passando por toda sua vida acadêmica, cargos públicos e políticos, bem como sua importância para a economia nacional e principalmente a economia do Nordeste. Pode-se afirmar que Celso Furtado situou o Brasil no contexto do mundo, analisando sua sociedade política e oferecendo soluções para os grandes problemas enfrentados, além de oferecer explicações econômicas para o desenvolvimento e o subdesenvolvimento, contribuindo de forma decisiva para a compreensão da formação econômica e política brasileira. Sempre lutou pelo desenvolvimento do Brasil e pela superação do atraso do Nordeste, trabalhando com muita intensidade e determinação. O presente estudo caracteriza-se como sendo uma pesquisa bibliográfica. No decorrer do trabalho, fizemos reflexões sobre as disparidades, segundo a visão de Celso Furtado, entre a região Nordeste e o Centro-Sul, bem como sua importância política no cenário nacional com a intenção de reduzir ou eliminar as desigualdades econômicas entre regiões.

Palavras-chave: Desenvolvimento econômico. Desigualdades regionais. Nordeste.

ABSTRACT

This monograph is a study on the life and work of Paraíba economist Celso Furtado, especially on the Report “A development policy for the Northeast”. For clarity and understanding about the subject made a historical recovery of his life , from his birth , through his whole political life academic , and public office , and its importance to the Brazilian economy and especially the economy of the northeast. It can be stated that Celso Furtado stood Brazil in the world context, analyzing its political society and offering solutions to the major problems faced, and provide economic explanations for development and underdevelopment, contributing decisively to the understanding of economic and political formation Brazilian. Always fought for the development of Brazil and by overcoming the backwardness of the Northeast, working with intensity and determination. This study is characterized as a literature search. During the work done reflections on disparities, according to the vision of Celso Furtado, between the Northeast and the Center -South region as well as its political importance on the national scene with the intention of reducing or eliminating economic inequalities between regions.

Keywords: Economic development. Regional inequalities. Northeast.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
-------------------------	-----------

CAPÍTULO I – Celso Furtado: Vida e Obra

1.1 – A trajetória de um intelectual.....	12
---	----

CAPÍTULO II - Itinerários de Celso Furtado: Cepal, Sudene e Ministério do Planejamento

2.1– A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.....	19
---	----

2.2 – Furtado na Sudene e no Ministério do Planejamento.....	22
--	----

CAPÍTULO III - Uma nova proposta política para a região Nordeste

3.1 - O GTDN e o relatório <i>Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste</i>	26
---	----

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
----------------------------------	-----------

REFERÊNCIAS.....	36
-------------------------	-----------

ANEXOS

INTRODUÇÃO

O presente trabalho monográfico tem por objetivo analisar em uma trajetória histórica a vida e a obra do economista paraibano Celso Furtado, desde seu nascimento, estudos, formação acadêmica, como também sua participação na CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), na SUDENE e no Ministério do Planejamento. Analisa-se, especialmente, o relatório “*Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*”.

O interesse pelo tema surgiu a partir dos estudos nas disciplinas de Economia Brasileira I e Economia Paraibana, em que nos foi apresentado o economista Celso Furtado nas leituras e discussões. Segundo Coelho e Granziera (2009), ele é considerado o economista brasileiro mais conhecido e melhor conceituado em todo o mundo pela qualidade de seus trabalhos científicos em áreas tão diversas como história econômica, teoria do desenvolvimento, política econômica e planejamento. Celso Furtado está entre os grandes economistas do mundo que estudaram os problemas de desenvolvimento econômico, relacionando-os com os problemas históricos.

Um estudo sobre Celso Furtado justifica-se pelo seu mérito de situar o Brasil no contexto do mundo, analisando sociedade, política, economia e oferecendo soluções para os grandes problemas enfrentados, além de oferecer explicações econômicas para o desenvolvimento e o subdesenvolvimento, contribuindo de forma decisiva na compreensão da formação econômica e política brasileira (PEREIRA e REGO, 2001).

Celso Furtado é um grande escritor, pensador político, economista e cientista social de grande influência sobre várias gerações de brasileiros e latino-americanos, com uma evidência continental e mundial impressionante. Seu pensamento e sua obra têm influências interdisciplinares com ideias e construções acolhidas por filósofos e cientistas com os quais se equiparou ao longo da vida.

Nosso trabalho monográfico visa contribuir com uma visão ampla e crítica sobre a temática em questão. Por isso, dialogamos com alguns autores dentre outros não referidos nesta introdução que consideramos fundamentais para o desenvolvimento do estudo, como: Granziera e Coelho (2009) que nos auxiliaram nas discussões sobre a formação econômica do Brasil e a política de desenvolvimento econômico para o Nordeste. No tocante à trajetória de vida, estudos e cargos políticos utilizamos Aquino

(2000) e SUDENE (s/d). Para entendermos melhor sua formação profissional e acadêmica, Chacon (1984) contribuiu com nosso estudo.

O presente estudo caracteriza-se como sendo uma pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa. A realização da produção bibliográfica é primordial para a pesquisa básica. Na pesquisa bibliográfica serão utilizados materiais como livros, artigos, relatórios, revista, sites, etc.

Quanto à estrutura, a monografia divide-se em três capítulos. No primeiro capítulo, discutimos a vida e a obra de Celso Furtado, em uma trajetória histórica, desde seu nascimento, estudos, passando pela sua formação acadêmica.

No segundo capítulo, compreendemos o contexto sobre o itinerário de Celso Furtado, retratando sua passagem pela CEPAL, SUDENE e Ministério do Planejamento com o plano Trienal.

Por fim, o terceiro capítulo aborda a importância do Relatório intitulado *Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste*, que sustentava a proposta de uma nova política para a região.

CAPÍTULO I – Celso Furtado: vida e obra

1.1 A trajetória de um intelectual

Celso Furtado nasceu na cidade de Pombal, no sertão paraibano, no dia 26 de julho de 1920, filho de Maria Alice Furtado, de família de proprietários de terra, e de Maurício de Medeiros Furtado, de família de magistrados. Celso Furtado mudou-se para a capital do Estado da Paraíba, a então cidade da Parahyba, junto com seus pais, quando tinha sete anos, e aos doze anos iniciou os estudos secundários no Liceu Paraibano, concluindo-os no Ginásio Pernambucano do Recife¹.

Ainda adolescente, foi um dos líderes do movimento de esquerda do Liceu Paraibano, “líder puramente intelectual porque não tinha qualquer atividade política” (FURTADO, 2000, p.22). Pode-se afirmar que Celso Furtado foi influenciado, intelectualmente, por três correntes de pensamento: a positivista, a marxista e a teoria antropológica da cultura, elaborada pela ciência social norte-americana.

No ano de 1939, Furtado muda-se para o Rio de Janeiro, deixando a Paraíba aos 19 anos de idade. No ano seguinte, ingressa na Faculdade Nacional de Direito e começa a trabalhar como jornalista na *Revista da Semana*. Em 1943, ainda estudante de Direito, foi aprovado no concurso do DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público) para Assistente de Organização, e no de Técnico de Administração do Departamento do Serviço Público do Rio de Janeiro.

No ano seguinte, em 1944, cursa o CPOR (Centro de Preparação de Oficiais da Reserva) e conclui o curso da Faculdade de Direito. Logo em seguida, é convocado para a Força Expedicionária Brasileira como aspirante a oficial e embarca para a Itália em 1945 para servir, durante a II Guerra Mundial, como oficial de ligação junto ao V Exército norte-americano. Retorna ao Brasil em agosto deste mesmo ano, após sofrer um acidente em missão durante a ofensiva final dos aliados no Norte da Itália.

¹ Esse item foi redigido com base em: Aquino (2000) e SUDENE (s/d).

Em 1946, foi agraciado com o com prêmio Franklin D. Roosevelt, do Instituto Brasil-Estados Unidos pelo seu ensaio *Trajectoria da Democracia na América*. Neste mesmo ano, ele publica o seu primeiro livro *Contos da Vida Expedicionária*.

Ainda, neste mesmo ano, ele começa o seu curso de doutorado em economia na Universidade de Sorbonne, em Paris. Dá prosseguimento à sua carreira de jornalista, colaborando para a *Revista da Semana* e, também, enviando reportagens para outras revistas.

Em 1948, Celso Furtado obtém o título de doutor em economia pela Universidade de Paris com uma tese sobre a economia brasileira no período colonial, o que seria o primeiro esboço do seu livro *Formação Econômica do Brasil*, que só seria redigido em versão final durante a sua estadia em Oxford.

Desde seus primeiros escritos, Celso Furtado questionou o modelo econômico "essencialmente agrícola", defendido pela classe dominante. Ele está entre os primeiros que denunciaram o "agrarismo" como causa do nosso atraso econômico e social. Após a conclusão do seu doutorado, Celso Furtado retorna ao Brasil, retomando seu trabalho no DASP. Passa, também, a integrar o quadro de economistas da Fundação Getúlio Vargas, trabalhando na revista *Conjuntura Econômica*. Neste mesmo período, casa-se com a sua primeira esposa, a química argentina Lúcia Tosi, com quem teve dois filhos.

Em 1949, chega a Santiago do Chile, experimenta a experiência da paternidade com o nascimento de seu primeiro filho, Mário Tosi Furtado. No Chile, integra a recém-criada Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), órgão das Nações Unidas que tinha o objetivo de incentivar a cooperação econômica entre os países membros. Integrando a equipe de Raúl Prebisch. A atuação de Celso Furtado junto a CEPAL será melhor explicada no capítulo posterior. Em 1952, tem seu primeiro artigo de circulação internacional publicado: *Formação de Capital e Desenvolvimento Econômico*. Com esse artigo, Furtado formula as primeiras contribuições para a construção da sua teoria do desenvolvimento econômico, dando especial relevo às questões sociais.

Sempre fui insatisfeito com a condição humana presente, mas também sempre fui dominado pela ilusão de que o mundo pode ser melhor. A busca da felicidade é um dos traços do caráter humano, mas, em mim, ela tem uma dimensão social, quer dizer, a felicidade só se encontra por meio da solidariedade, da cooperação entre os homens, e por uma ação social. (FURTADO, Revista República, s/d)

No ano de 1953, Celso Furtado retorna do Chile para presidir o Grupo Misto CEPAL-BNDE no Rio de Janeiro. Esse Grupo tinha como objetivo elaborar um estudo sobre a economia brasileira, enfatizando especialmente as técnicas de planejamento. O estudo realizado por esse Grupo serviria de base para o Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek. No ano seguinte, cria o Clube de Economistas, que em conjunto com alguns amigos, lança a *Revista Econômica Brasileira* e publica o seu primeiro livro de economia: *A Economia Brasileira*. Neste mesmo ano, nasce o seu segundo filho, André Tosi Furtado.

Com o cargo de Diretor de Desenvolvimento da CEPAL, Celso Furtado é enviado a várias missões e viaja por muitos países. Em 1956, fixa moradia na Cidade do México por motivo profissional em missão da CEPAL. No período de 1957-58, é convidado pelo professor Nicholas Kaldor ao King's College da Universidade de Cambridge na Inglaterra, onde conclui sua pós-graduação e escreve seu livro mais difundido mundialmente: *Formação Econômica do Brasil*. Livro este que foi traduzido em nove línguas e que é resultado de dez anos de reflexões sobre a economia brasileira em que Celso Furtado procura analisar os diversos ciclos da economia brasileira como o do açúcar, do gado, do ouro e do café, além de abordar também temas como a escravidão, a imigração, a migração interna e o processo de industrialização. Como dito anteriormente, os primórdios desta obra estão na sua tese de doutorado.

Quando retorna ao Brasil, em 1957, Celso Furtado, assume o cargo de Diretor do BNDE (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico) desligando-se definitivamente da CEPAL. Após um ano como Diretor do BNDE, recebe um convite do então presidente Juscelino Kubitschek para elaborar um plano de desenvolvimento para o Nordeste que dá origem ao estudo elaborado para o governo federal intitulado como *Uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste*. Esse estudo é considerado como o documento que deu origem à SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), instituição para a qual foi nomeado superintendente, onde concebe e implanta uma política de incentivos fiscais para promover o processo de industrialização da região, tido como a única saída para a superação do seu subdesenvolvimento, de conformidade com a doutrina capalina.

Em 1962, é nomeado o primeiro titular do recém-criado Ministério do Planejamento, durante o governo João Goulart. Com este cargo, Celso Furtado foi incumbido de elaborar um plano de política econômica para o governo, que foi

divulgado em 30 de dezembro, com o nome de *Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social*. Como o referido Plano não obteve êxito, Celso Furtado deixa o Ministério do Planejamento e volta a dedicar-se integralmente à SUDENE, onde permanece até a sua saída forçada com o golpe militar em 1964.

O novo regime político do país instaurado em 1º de Abril de 1964 edita o Ato Inconstitucional nº 1 e cassa os seus direitos políticos por dez anos, levando-o ao exílio em Santiago do Chile. Aí permanece dando seminários por alguns meses, até partir para os Estados Unidos e atuar como pesquisador graduado do Instituto de Estudos do Desenvolvimento da Universidade de Yale na cidade de New Haven.

No ano de 1965, recebe um convite da Faculdade de Direito e Ciências Econômicas da Universidade de Paris para assumir a cátedra de professor de Desenvolvimento Econômico. Muda-se para Paris. É o primeiro estrangeiro nomeado para uma universidade francesa, onde permanece como professor efetivo durante vinte anos. Retorna ao Brasil pela primeira vez após a cassação de seus direitos, em 1968, a convite da Câmara dos Deputados. Mas é na década de 70 que Celso Furtado aprofunda o seu conhecimento do mundo, através de diversas viagens em missões de agências das Nações Unidas. Ainda na década de 70, dedica-se intensamente a atividades docentes e à publicação de livros, ocupando o cargo de professor em algumas universidades nos Estados Unidos, no Brasil e na Inglaterra. Entre 1978-81, integra o Conselho Acadêmico da Universidade das Nações Unidas, em Tóquio.

Celso Furtado, o economista que mais marcou o pensamento econômico brasileiro até hoje, e maior repercussão teve no plano internacional. Sua obra compreende, além de inúmeros artigos, 31 livros publicados em mais de 15 idiomas, com cerca de dois milhões de exemplares vendidos. Isto certamente faz de Celso Furtado o economista e cientista social latino-americano mais lido em todo o mundo. Seus textos tiveram enorme impacto no debate econômico e influenciaram a produção acadêmica de gerações de intelectuais. A partir dos anos 1970, Celso Furtado passou à categoria de clássico, como um autor indispensável para compreender o Brasil. (PEREIRA, 1982, p. 9).

Com a redemocratização e com a Lei da Anistia votada em 1979, passa a visitar o Brasil com maior frequência e reinsere-se na militância política do país. Procura conciliar sua vida política com seu cargo de diretor de pesquisas da École des Hautes Études en Sciences Sociales, onde dirige seminários em Paris sobre a economia brasileira e internacional.

Casa-se com sua segunda esposa no ano de 1978, a jornalista e tradutora Rosa Freire d'Aguiar, com quem conviveu até o final de sua vida (AGUIAR, 1987). Filia-se

ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) em 1981. Em 1985, é convidado pelo presidente eleito Tancredo Neves a participar da Comissão do Plano de Ação do Governo e a integrar-se à Comissão de Estudos Constitucionais do governo, que tinha o objetivo de elaborar um projeto de uma nova Constituição. Neste mesmo período, muda-se para Bruxelas, quando é nomeado embaixador do Brasil junto à Comunidade Econômica Europeia.

No ano de 1985, durante o governo do presidente José Sarney, Celso Furtado é nomeado ministro da Cultura e, em 1986, elabora e consegue a aprovação da primeira lei de incentivos fiscais à cultura (a Lei Rouanet) e faz defesa da identidade cultural brasileira. Retorna às atividades acadêmicas no Brasil e no exterior, em julho de 1988, quando pede demissão do cargo de ministro da Cultura. Celso Furtado exerceu vários cargos políticos, mas nunca se absteve de suas convicções e de sua formação intelectual, como destaca Ignacy Sachs:

Celso Furtado nunca deixou de ser um economista político, consciente do caráter pluridimensional da ideia do desenvolvimento, na qual se conjugam fatores culturais, sociais, econômicos e políticos imersos em contextos geoecológicos e históricos. Em outras palavras, o desenvolvimento se faz com base em um voluntarismo refletido e responsável, baseado numa análise realista das potencialidades do país confrontadas com os valores, os anseios da população e o balanço do poder, dando lugar a um exercício de fantasia organizada. (1982, p.45)

De 1987 a 1990, faz parte da South Commission, formada por países de terceiro mundo para formular uma política para o Sul. Também participa da Comissão Mundial para a Cultura e o Desenvolvimento, da ONU/UNESCO, no período de 1993-95. Também integrou a Comissão Mundial de Bioética da UNESCO de 1996 a 1998.

Além da tradução de seus livros em diversas línguas, da participação em missões da ONU, do ensino em diversas universidades em diferentes países, o reconhecimento internacional a respeito de Celso Furtado, também pode ser exemplificado por homenagens diversas: a) em 1997, é organizado em sua homenagem, em Paris, pela Maison des Sciences de l'Homme e a UNESCO, o congresso internacional *A Contribuição de Celso Furtado para os Estudos do Desenvolvimento*. Nessa oportunidade, a sua obra é analisada e discutida por especialistas do Brasil, Estados Unidos, França, Itália, México, Polônia e Suíça; b) a Academia de Ciências do Terceiro Mundo, sediada em Trieste, criou, em 1997, o Prêmio Celso Furtado, conferido a cada dois anos ao melhor trabalho de um cientista do Terceiro Mundo no campo da economia política; c) a UNESCO e a *Maison des Sciences de l'Homme* promoveram o colóquio

internacional *O Que é o Desenvolvimento? A Contribuição de Celso Furtado*; d) no ano de 2004, recebe um tributo da ONU pela contribuição ao pensamento econômico e ao desenvolvimento.

No plano interno: a) ele é eleito, em 1997, para a Academia Brasileira de Letras; b) em 2001, é instituído o *Prêmio Celso Furtado de Desenvolvimento* pela Fundação Carlos Chagas de Apoio à Pesquisa do estado do Rio de Janeiro; c) em 2003, torna-se membro da Academia Brasileira de Ciências.

Em novembro de 2004, vem a óbito, em sua casa no Rio de Janeiro, vítima de parada cardíaca. O conjunto de sua obra, formado por dezenas de artigos e ensaios e mais de trinta livros, é um legado fundamental para a discussão do subdesenvolvimento e para a sua superação. Isto é, ele não foi um teórico ou técnico frio. A sua contribuição está mesclada com o sentimento de pertencimento à humanidade, de luta pela superação das desigualdades. Segundo ele mesmo:

Sempre pensei como cidadão do meu País e membro da humanidade, logo, como político. Se procurei estudar Economia foi na busca de instrumentos que pudessem ajudar a organizar o mundo, e organizar o mundo é construir a justiça. (FURTADO, 1997, p.26).

Pode-se afirmar que Celso Furtado situou o Brasil no contexto do mundo, analisando sua sociedade e política, oferecendo soluções para os grandes problemas enfrentados, além de oferecer explicações econômicas para o desenvolvimento e o subdesenvolvimento, contribuindo de forma decisiva na compreensão da formação econômica e política brasileira, conforme exprime Bresser Pereira (2001). Economista da teoria do desenvolvimento e da análise econômica brasileira, sempre pensou de forma independente, usando principalmente o método histórico e não o lógico-dedutivo. Com isso, sempre procurava observar a realidade e seu movimento histórico, e a partir daí, inferir a teoria. (PEREIRA, 2001)

Considera-se como mérito de Celso Furtado o fato de ter construído uma visão onde o pensamento econômico e a história estão profundamente relacionados, não desconsiderando a perspectiva humanitária e social das realidades estudadas. A essa preocupação teórico-histórica ele soube acrescentar a dimensão transformadora. Desse modo, ele sempre lutou pelo desenvolvimento do Brasil e pela superação do atraso do Nordeste. Críticos e estudiosos da economia consideram Furtado como um pensador, um autor que desenvolvia suas obras em torno da realidade, explicando e construindo o Brasil e o mundo contemporâneos.

Além dessas características, Celso Furtado sempre trabalhou com uma forma de pensamento independente, embora se utilizando da teoria econômica que aprendeu com os clássicos, entre os quais se destacam Ricardo, Marx e até mesmo Keynes. Essa independência de pensamento permitiu que ele usasse qualquer teoria que julgasse importante para resolver problemas de interpretação dos fatos econômicos que tivesse pela frente. No ano de 1997, em entrevista ao jornal *A União*, de João Pessoa, Furtado destaca:

Quando, finalmente, aos 26 anos de idade, comecei a estudar Economia de maneira sistemática, minha visão do mundo já estava definida. Assim, a Economia não chegaria a ser mais que um instrumental, que me permitia com maior eficácia tratar problemas que vinham da observação da História ou da vida dos homens em Sociedade. Pouca influência teve a Economia, portanto, na conformação do meu espírito. Nunca pude compreender a existência de um problema “estritamente econômico”. Por exemplo, a inflação nunca foi, em meu espírito, outra coisa senão a manifestação de conflitos de certo tipo entre grupos sociais. Da mesma forma, uma empresa nunca foi outra coisa senão a materialização do desejo e Poder de um ou vários agentes sociais, em uma de suas múltiplas formas.

Para ele, portanto, as teorias econômicas não se bastam em si mesmas. Elas servem para resolver problemas reais. Para ele, a ciência econômica é um instrumento que deve mergulhar no social e no político, para que possa oferecer uma compreensão da realidade histórica e, assim, mostrar caminhos para superar a realidade do subdesenvolvimento. Dizendo de outra forma, ele procurou ver o mundo com seus próprios olhos, sem perder sua própria liberdade de pensar e de criar. Ele buscou tirar de cada autor ou corrente do pensamento econômico e social as contribuições que melhor se adaptassem ao problema brasileiro ou latino-americano.

Celso Furtado é um grande escritor, pensador político, economista e cientista social de grande influência sobre várias gerações de brasileiros e latino-americanos, com uma evidência continental e mundial impressionante. Seu pensamento e sua obra têm influências interdisciplinares com ideias e construções mentais entusiasmadas por filósofos e cientistas aos quais se equiparou ao longo da vida.

No capítulo seguinte será apresentado o contexto do trabalho, no qual será abordado mais detalhadamente, os cargos e feitos deste grande intelectual, que pode ser considerado o maior economista brasileiro da história.

CAPÍTULO II – Itinerários de Celso Furtado: Cepal, Sudene e Ministério do Planejamento

2.1 – A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

Em fevereiro de 1948, foi criada, pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), com sede em Santiago do Chile. A CEPAL tinha como objetivo monitorar, assessorar e contribuir com as políticas direcionadas à promoção do desenvolvimento econômico da América Latina. Tal iniciativa aconteceu dentro de um movimento da ONU para implantar, em cada continente, núcleos de apoio ao planejamento econômico após a Segunda Guerra².

Posteriormente, a Cepal também ficou incumbida de atuação na região do Caribe. Logo, o órgão nasceu com o objetivo de promover o desenvolvimento social e econômico da região. Para tanto, deveria incentivar a cooperação entre os países de sua área de atuação bem como com os demais do mundo. Para atingir esses objetivos, ela deveria, também, funcionar como um centro de estudos sobre a América Latina. A região necessitava de um organismo com a capacidade de recolher informações para subsidiar o planejamento dos países latino-americanos. Seguindo essa diretriz, a CEPAL se transformou em um centro de discussão e de teorização sobre o subdesenvolvimento, sob a coordenação do economista argentino Raúl Prebisch.

A CEPAL congrega 44 Estados-membros e 8 associados, que ganham este status por ainda não se constituírem em nações independentes. Com um intervalo de dois anos os representantes dos Estados-membros e dos associados são convocados para: a)

² A ONU instalou, desde meados dos anos 40, além da Cepal, outras quatro comissões cobrindo o restante das áreas geográficas do globo terrestre. Temos assim, a Cepal (ou ECLAC, em sua sigla em inglês), cobrindo América Latina e Caribe, Comissão Económica e Social para a Ásia e o Pacífico, Comissão Económica para a Europa, Comissão Económica e Social para a Ásia Ocidental e Comissão Económica para a África

discutir problemas relacionados com o desenvolvimento econômico e social da região; b) avaliar as atividades propostas e realizadas no biênio anterior; e c) fixar também as prioridades de seu Programa de Trabalho para o próximo biênio. As reuniões formam o chamado Período de Sessões da Cepal, em que cada rodada acontece em um país-anfitrião diferente. Tem sede localizada em Santiago, capital do Chile e possui duas sedes sub-regionais, uma responsável pela área da América Central, instalada na Cidade do México, e outra em Porto Espanha, capital de Trinidad e Tobago.

Além do Escritório do Brasil, a Cepal possui ainda quatro escritórios nacionais: Bogotá, Buenos Aires, Montevideu e Washington. Para realizar as suas atividades, a Comissão se associa a outros organismos especializados da ONU, a outras instituições internacionais como FMI, BID, OEA, aos governos de cada um dos Estados-membros, a universidades, instituições acadêmicas, ONGs, organizações sindicais e empresariais, para que assim os projetos de desenvolvimento estrutural da região sejam concretizados. (OLIVEIRA, 2004)

Desse modo, a CEPAL trouxe contribuições relevantes para o debate da economia e da sociedade latino-americana e caribenha. Com efeito, a Cepal a partir da identificação de características estruturais da organização social, política e econômica dos países de sua área de atuação, consegue formular ideias e propostas de políticas públicas para o desenvolvimento regional, centradas no combate à desigualdade, no fomento da democracia, na luta contra a pobreza e numa nova forma de inserção na divisão internacional do trabalho. Nesse particular, propõe a industrialização como estratégia básica para superação do seu subdesenvolvimento, rompendo com o modelo agroexportador que caracterizava a economia e a sociedade dos países latino-americanos.

Os dados estatísticos levantados e as análises efetuadas têm permitido ao órgão fazer comparações entre diferentes períodos e entre diferentes países. No caso do Brasil, ele tem ocupado uma posição de destaque como uma das principais fontes e tema de análise dos relatórios e estudos da CEPAL. Tal posição decorre da importância que o país ocupa no contexto regional em razão da dimensão do seu território, população e participação na economia da América Latina.

A presença da Cepal no Brasil iniciou-se em 1952, resultado da assinatura de acordo entre a Comissão e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

(BNDE*), tendo sido criado o Grupo Misto de Estudos CEPAL/BNDE. Desta data em diante estreitam-se as relações com a Cepal. Esta colaboração tinha como meta estudar a trajetória de crescimento brasileiro, tendo em vista esboçar programas de desenvolvimento para o país. Merece destacar como resultado desta articulação as iniciativas de capacitação de técnicos brasileiros ligados aos diferentes níveis do poder executivo.

No entanto, a representação formal da CEPAL no Brasil só ocorrerá em 1960, quando foi instalado o Centro de Desenvolvimento Econômico CEPAL/BNDE no Rio de Janeiro. Com o golpe militar, houve mudança nessa presença com a desvinculação do BNDE e a instalação do Escritório Regional CEPAL/ILPES, em 1968. Na década de setenta (1978), o escritório é transferido para Brasília, o que facilitou o contato entre a CEPAL e diferentes organismos do governo brasileiro, particularmente com o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). O Escritório da Cepal no Brasil passou também a manter acordos e contatos com organismos da administração estadual e municipal.

Dentre as atividades realizadas pelo Escritório da CEPAL no Brasil podem ser enumeradas: a) elaboração do Boletim Estatístico da Economia Brasileira que contém informações estatísticas e análise sobre a economia brasileira; o boletim é publicado em várias línguas (português, inglês e espanhol), pretendendo com isso atingir um público tanto no país como no exterior; b) divulgação de cursos oferecidos pelo Sistema Cepal no Brasil, no Chile e em outros países; c) organização de cursos de capacitação técnica e de treinamentos oferecidos no Brasil pela Comissão; d) disseminação de informações sobre as atividades e publicações do Sistema Cepal; e e) distribuição e disponibilização (através de sua biblioteca) dos trabalhos elaborados e publicados pela Instituição.

As contribuições da CEPAL para o entendimento do problema latino-americano tiveram em Raúl Prebisch, economista argentino e primeiro secretário geral do órgão, o seu grande catalizador, sendo considerado o principal representante da escola cepalina. As ideias, de modo geral, da Cepal, influenciaram toda uma geração de economistas e de cientistas sociais. A escola cepalina adotou o método histórico-estrutural, ressaltando a importância da trajetória histórica dos países e os aspectos da sua estrutura social, econômica e política. Com base nesses princípios, essa escola afirma que os países menos desenvolvidos enfrentam problemas distintos qualitativamente daqueles

* Posteriormente designado de Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

encontrados nos desenvolvidos. Nessa perspectiva, destaca o papel fundamental do Estado na formulação de políticas que conduzem ao desenvolvimento. Desse modo, o fortalecimento das capacidades e da estrutura do Estado é condição necessária para que os países pobres possam se transformar e alcançar níveis mais elevados de desenvolvimento.

De acordo com o método histórico-estrutural desenvolvido pela CEPAL, não é possível entender o funcionamento da economia e da sociedade, desvinculando-o do seu contexto histórico. Daí a crítica que essa escola faz às teorias que se fundam no método dedutivo. Para os cepalinos, uma teoria geral mostra-se incapaz de entender a realidade latino-americana cujas circunstâncias históricas são específicas e se encontram em constante evolução. Como a economia é uma ciência social e as estruturas econômicas e sociais estão em constante transformação, teorias gerais tidas como válidas para todo tempo e lugar teriam poucas possibilidades de explicar a dinâmica das realidades concretas. Vale lembrar que os caminhos metodológicos seguidos pela CEPAL lembram os procedimentos dos economistas clássicos que pensavam os problemas econômicos concretos da sociedade inglesa e a partir deles foram construindo as suas teorias.

De acordo com o método histórico-estrutural o processo de desenvolvimento socioeconômico implica em um conjunto de mudanças nas estruturas da sociedade que repercutem sobre as condições de vida da população (PEREIRA, 2001). Esse processo ficará comprometido caso não seja possível transformar as estruturas vigentes. Daí a necessidade de haver um Estado forte capaz de comandar essas transformações que, via de regra, ferem os interesses dos grupos dominantes.

Dentre as estruturas que comprometiam o desenvolvimento dos países da América Latina, Prebisch destacava a relação entre esses países e os chamados países centrais. A inserção internacional dos países latino-americanos era caracterizada pelo que ele chamou de deterioração dos termos de intercâmbio. O preço dos produtos exportados pela América Latina (produtos agropecuários) apresentava um tendência secular de declínio, enquanto que os preços dos produtos importados mostravam tendência de alta, resultando em queda dos termos de intercâmbio. Vale dizer, o comércio internacional representava um mecanismo de empobrecimento dos países latino-americanos em favor dos países centrais. Assim sendo, a única saída que se

apresentava para a América Latina era a industrialização. Para isso, era preciso que o Estado se tornasse o agente principal dessa política, tendo em vista o baixo nível de acumulação de capital aí existente. A promoção do desenvolvimento requeria uma mudança na estrutura agrária, na dinâmica demográfica, na composição do sistema produtivo interno, dentre outros aspectos.

De acordo com Ricupero (2002), “a principal contribuição de Furtado ao que ficou conhecido como Teoria Estruturalista da Cepal foi historicizá-la, apresentando como foi organizada, com o passar do tempo, a relação entre centro e periferia, colônias e metrópoles, países desenvolvidos e subdesenvolvidos”.

Celso Furtado não só ajudou a construir a abordagem cepalina como também foi fortemente influenciada por ela. Essa influência irá se manifestar com toda clareza nas diretrizes de política que irá traçar para a Sudene e para o Brasil, enquanto ministro do Planejamento, como será visto a seguir.

2.2 – Furtado na Sudene e no Ministério do Planejamento

A política econômica de Kubitschek foi definida no Programa de Metas, com 31 objetivos, distribuídos em seis grupos: energia, alimentação, transporte, educação, indústrias de base e a construção de Brasília. De acordo com Fausto:

Os resultados do Programa de Metas foram impressionantes, sobretudo no setor industrial. Entre 1955 e 1961, o valor da produção industrial, descontada a inflação, cresceu em 80%, com altas porcentagens nas indústrias de aço (100%), mecânicas (125%), de eletricidade e comunicações (380%) e de material de transporte (600%). De 1957 a 1961, o PIB cresceu a uma taxa anual de 7%, correspondendo a uma taxa *per capita* de quase 4%. Se considerarmos toda a década de 1950, o crescimento do PIB brasileiro *per capita* foi aproximadamente três vezes maior do que o do resto da América Latina. (2001, p. 236)

Com efeito, o Plano de Metas quase não tinha especificado ações para o desenvolvimento do Nordeste. Em 1956, realizou-se em Campina Grande uma reunião dos bispos do Nordeste, tendo Dom Hélder Câmara como um dos seus organizadores. Nessa reunião, esteve presente JK. Os bispos demandaram uma atuação mais efetiva do governo federal no enfrentamento dos problemas regionais. Assim, JK se comprometeu em rever as ações do seu governo para o Nordeste. Para tanto cria o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste.

Furtado desligou-se da Cepal em 1958 e, retornando ao Brasil, trabalhou no projeto que acreditava para o país, embasado em suas experiências na América Latina, Europa e Estados Unidos. Ainda em 1958, assumiu a Diretoria do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), e foi nomeado por Juscelino Kubitschek para coordenar o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste. Esse Grupo de Trabalho gerou um relatório denominado “Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste.”

Seguindo a orientação desse documento, no dia 15 de dezembro de 1959, pela Lei nº 3.692, o presidente Juscelino criou a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). De acordo com o Artigo 2º desta lei foram estabelecidos os seguintes atribuições à Sudene:

- “a) estudar e propor diretrizes para o desenvolvimento do Nordeste;
- b) supervisionar, coordenar e controlar a elaboração e execução de projetos a cargo de órgãos federais na região e que se relacionem especificamente com o seu desenvolvimento;
- c) executar, diretamente ou mediante convênio, acordo ou contrato, os projetos relativos ao desenvolvimento do Nordeste que lhe forem atribuídos, nos termos da legislação em vigor;
- d) coordenar programas de assistência técnica, nacional ou estrangeira, ao Nordeste.”

A Superintendência foi criada como uma autarquia diretamente subordinada à presidência da República e, coube a Celso Furtado, a Secretaria Executiva. Ele foi responsável, de 1959 a 1964, pelas estratégias de atuação do órgão. Segundo Cabral (1959, p. 25), a Sudene nasceu com a finalidade de:

“Estudar e propor diretrizes para o desenvolvimento do Nordeste; Coordenar e controlar a elaboração e execução de projetos a cargo dos órgãos federais da região; Executar diretamente ou mediante convênio, acordo ou contrato, projetos referentes ao desenvolvimento do Nordeste que lhe foram atribuídos, bem como contratar diretamente créditos do exterior; Coordenar programas de assistência técnica estrangeira.”

Furtado pretendia transformar, com suas ideias e como homem público, a situação do Nordeste, o intuito era influenciar a formação de uma classe empresarial e política progressista, comprometida com a região.

A criação desse órgão ocorreu em um contexto em que podem ser ressaltadas: a) crescentes disparidades entre essa região e o Centro-Sul do Brasil, o que demandava uma intervenção, guiada por um minucioso planejamento; ocorrência de secas, a

exemplo das de 1953 e 1958, que desencadearam a saída da população para outras localidades em decorrência do desemprego, da fome e da pobreza; crescimento da organização dos trabalhadores rurais através das Ligas Camponesas, que representavam um quebra do poder secular dos senhores de terra; pressão dos bispos da igreja católica, etc.

Também merece destaque, nesse contexto, as denúncias de uma “indústria das secas”, envolvendo políticos que se apropriavam das verbas enviadas pelo governo federal para socorrer os flagelados. Os políticos utilizavam-se das secas para angariar verbas, que não eram destinadas para os nordestinos e sim desviadas. Além de construírem açudes em propriedades particulares, reforçando o poder dos coronéis, pois ter acesso à água era mais um elemento de fortalecimento desse poder.

Assim, a Sudene nasceu desse contexto de crises e da força de diferentes setores da sociedade. A solução para atenuar tais problemas era uma política de investimentos para a região que viesse a fortalecer a sua base industrial. Pela primeira vez, pensou-se o Nordeste como um todo, sem perder de vista que esta região integra o Brasil.

Com a posse de Jânio Quadros, Furtado é confirmado na Superintendência da Sudene, não havendo solução de continuidade. O mesmo ocorreu após a renúncia de Jânio e a posse de João Goulart, em 1961. No governo Goulart, Celso Furtado foi nomeado Ministro do Planejamento, acumulando a nova função com a de Superintendente da Sudene. Enquanto ministro, foi responsável pela elaboração do Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social em 1962. Ao mesmo tempo em que buscava a promoção do desenvolvimento nacional, o plano também previa o controle da inflação e a realização das reformas sociais, as chamadas reformas de base. A concepção do Plano estava assentada no princípio de substituição das mercadorias importadas por mercadorias nacionais, feita de forma gradual. Previa que o fortalecimento do mercado interno seria a chave para fortalecer o processo de desenvolvimento brasileiro.

A conjuntura política e social do país não favoreceu a execução do Plano Trienal. Para Fausto,

O plano dependia da colaboração dos setores que dispunham de voz na sociedade. Essa colaboração mais uma vez faltou. Os beneficiários da inflação não tinham interesse no êxito das medidas; os inimigos de Jango desejavam a ruína do governo e o golpe; o movimento operário se recusava a

aceitar restrições aos salários; a esquerda via o dedo do imperialismo por toda parte (...). Em meados daquele ano, tornou-se claro que o plano tinha fracassado. A pá de cal foi o aumento de 70% no salário do funcionalismo, em meio a uma inflação que já chegara a 25% nos cinco primeiros meses do ano. (2001, p. 252)

A execução do Plano Trienal não foi capaz de retirar a economia brasileira da crise em que se encontrava. Pelo contrário, dava sinais de declínio do PIB e elevação da inflação. Foi o momento em que João Goulart reformulou o Ministério e, em 1963 Furtado retorna à superintendência da Sudene, desenvolvendo políticas de incentivos fiscais para investimentos no Nordeste.

O sonho do economista paraibano era fazer do Nordeste uma região desenvolvida e com justiça social. A concretização do sonho, porém, foi interrompida com o golpe militar de 1964. A “fantasia” foi desfeita, conforme anuncia no seu livro de memórias FURTADO (1989). A partir de 1964, a Sudene sofreu fortes alterações no seu projeto original. A Sudene perdeu a função de pensar o Nordeste e de propor políticas para o seu desenvolvimento. Com a ditadura militar de 1964, a Sudene foi incorporada ao Ministério do Interior, passando a ser apenas uma peça nas estratégias definidas pelos Planos Nacionais de Desenvolvimento..

Nesse período, Celso Furtado teve seus direitos políticos cassados por dez anos e partiu para o exílio no Chile. Nas suas palavras:

Temos de preparar a nova geração para enfrentar grandes desafios, pois se trata, de um lado, de preservar a herança histórica da unidade nacional, por outro lado, de continuar a construção de uma sociedade democrática aberta às relações externas. (...) Numa palavra, podemos afirmar que o Brasil só sobreviverá como nação se se transformar numa sociedade mais justa e preservar sua independência. (apud CHACON, 1984, p.100)

No capítulo seguinte, discutiremos um documento de fundamental importância para entendermos esse contexto discutido anteriormente. O relatório intitulado *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*, publicado inicialmente em 1959, é uma iniciativa do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), presidido por Celso Furtado e que tem como objetivo analisar os problemas da região, no quadro do desenvolvimento econômico nacional, e apontar soluções para o ajuste dessa situação. Esse é o fio condutor do nosso último capítulo.

CAPÍTULO III – Uma nova proposta política para a região Nordeste

3.1 - O GTDN e o relatório *Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste*

O presente capítulo destaca a importância do relatório elaborado por Celso Furtado, em 1958, chamado *Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste*, que sustentava a proposta de uma nova política para a região, entretanto, esse relatório teve sua elaboração atribuída ao Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN). O GTDN foi criado em 1957 e era diretamente ligado à Presidência da República, tendo como seu coordenador o economista Celso Furtado. Essa entidade visava à industrialização da região Nordeste através do modelo de substituição de importações. O relatório, atribuído ao GTDN, teve uma abordagem histórica e realçou o enorme desnível entre o Nordeste e o Centro-Sul.

Furtado tinha a certeza de que, se assinasse o documento, o Congresso não aprovaria a SUDENE, finalmente instituída ao final de 1959, sendo ele nomeado superintendente, a despeito das pressões contrárias da maior parte da bancada legislativa federal nordestina. (CANO, 2009, p.30)

Como ressaltado anteriormente, O GTDN foi criado dentro de um contexto de grande dificuldade para a Região Nordeste: na década de 1950 ocorreram duas grandes secas (1953 e 1958), aprofundamento do desequilíbrio socioeconômico com o Sudeste, fortalecimento das oligarquias que se beneficiavam da situação, explorando a chamada “indústria da seca”, forte mobilização social em torno das Ligas Camponesas, etc.

Nesse contexto de dificuldades, setores sociedade nordestina se mobilizaram para lutar contra elas, enfrentando, inclusive as principais lideranças políticas da região. O próprio Furtado lembra que:

Eu bem me lembro de que quando conseguimos aprovar a lei da Sudene foi contra a maioria dos deputados nordestinos. Portanto, só foi possível a Sudene porque o Sul do Brasil tomou consciência do perigo que é para todo o país a miséria do Nordeste. Na realidade, precisou-se de uma estratégia muito especial. Tratou-se de obter apoios no Sul do Brasil. Tive enorme apoio da imprensa do Sul. Do “Correio da Manhã” — cujo dono, Paulo Bittencourt, me deu apoio irrestrito — ao “Estado de São Paulo”. Ou seja, os grandes jornais da

burguesia, dos grandes interesses do Sul do Brasil me apoiaram. (FURTADO, apud THEODORO, 2007, s. p.)

Dentre as lideranças regionais que se posicionavam pelas reformas podem ser lembradas: setores da Igreja Católica, lideranças estudantis, movimento das Ligas Camponesas e alguns grupos políticos menos conservadores de tendências nacional-desenvolvimentistas, ligados a partidos políticos situados mais à esquerda. Essas forças exerceram pressão sobre o governo Federal no sentido de propor um plano de ação que beneficiasse mais efetivamente o Nordeste. É assim que foi constituído o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, que sob a coordenação de Celso Furtado, elaborou um diagnóstico e um plano de trabalho em favor do desenvolvimento regional, que foi apresentado ao então presidente Juscelino Kubitschek em julho de 1959.

Esse documento deu bases para a tomada de decisão por parte do governo federal para enfrentar o desafio de promover o desenvolvimento regional. O GTDN identificava o problema do Nordeste no seu subdesenvolvimento em face da economia do centro-sul do país e não na deficiência dos seus recursos naturais, conforme a visão tradicional da problemática regional (VIDAL, 2003). Desse modo, as pressões exercidas fizeram com que o desenvolvimento regional ganhasse destaque na agenda política e econômica do governo federal. (SILVESTRE, 1997). Sob a influência da teoria cepalina, o documento aponta como estratégia principal de ação o estímulo ao processo de industrialização.

As experiências anteriores de Furtado tinham mostrado a importância do planejamento para a superação de situações adversas. Sobre a importância do planejamento ele diz:

Minha concepção de planejamento construiu-se a partir do que aprendi sobre os Estados lidos, na época em que eu era técnico de Administração. Li muitos autores americanos que escreveram sobre problemas de planejamento, e com eles aprendi — e fiz um trabalho sobre esse tema — que não existe nenhuma ação possível sem planejamento. (...) Qualquer grande empresa tem seu setor de planejamento. Planejamento como previsão das opções futuras e indicação de estratégias de ação. Portanto, na minha época o planejamento era considerado uma conquista definitiva, era a única maneira de se reduzir o coeficiente de incerteza. Hoje em dia (risos) se considera que a economia, por exemplo, pode ser substituída pelos mecanismos de mercado. É evidente que uma pequena empresa pode se orientar *au jour le jour* (no dia a dia), mas uma grande empresa, que tem de fazer investimentos que se amortizem em cinco anos, dez anos, necessita de um planejamento considerável. E se uma empresa necessita, imagine o governo, que é um volume de empresas, um

conjunto de ações convergentes para um objetivo socialmente aceito, desejado. (FURTADO, apud THEODORO, 2007, s. p.)

É confiante na função do planejamento e no papel desempenhado pelo Estado no processo de desenvolvimento (FURTADO, 1961), e recuperando a sua interpretação do desempenho das economias latino-americanas, que Furtado “formula um sintético, porém profundo, diagnóstico das razões do subdesenvolvimento nordestino e cria as bases para a sua superação.” (SILVESTRE, 1997)

Furtado inicia relatório do GTDN, elaborado em 1959, negando as visões tradicionais de que o problema econômico e social do Nordeste tinha as suas raízes nas secas periódicas que afetavam a região. Em consequência, descartava a chamada “solução hidráulica”, que apontava o armazenamento de água como o caminho para superar a pobreza da grande maioria da população nordestina. A construção de açudes e barragens por parte do governo federal beneficiava, principalmente, os proprietários de terra. Esta concepção no problema nordestino vinha sendo construída desde o final do século XIX e foi institucionalizada com a criação da IOCS, em 1909, posteriormente transformada em IFOCS e DNOCS (TARGINO e MOREIRA, 2006). Celso Furtado também descartava a visão de Rostow, segundo a qual o subdesenvolvimento era uma etapa do processo de desenvolvimento econômico. Ao contrário dessa visão, o autor em estudo mostra que o subdesenvolvimento é o resultado de uma formação histórico-estrutural particular, de modo que só poderá ser superado por transformações nas estruturas que lhe deram origem (MARTINI, 2006; DINIZ, 2009).

No documento, Furtado se refere a “uma análise sucinta do problema que representa o Nordeste, no quadro do desenvolvimento econômico nacional”. (FURTADO, 1997, p. 387). De acordo com essa citação, o problema regional do Nordeste é entendido como sendo um resultado do processo de desenvolvimento da sociedade e da economia brasileira, que levou à concentração espacial dos recursos e do capital no eixo Rio-São Paulo. Tal concentração colocava em risco a unidade da nação, tendo em vista a concentração da pobreza e do subdesenvolvimento nas regiões Norte e Nordeste do país (BACELAR, 2000).

Furtado chamava a atenção para a grande desigualdade entre os níveis de renda das duas áreas:

Comparada com a do Centro-Sul, a renda **per capita** do Nordeste é inferior a um terço. Esta diferença é mais chocante que a existente entre o nível de renda **per capita** do Centro-Sul e a de países altamente industrializados, como a Alemanha Ocidental. Com efeito: a diferença de grau de

desenvolvimento entre o Nordeste e o Centro-Sul supera a que se observa entre esta última região e a média das nações industrializadas da Europa Ocidental. Demais, como o esforço exigido pelo desenvolvimento é relativamente maior nas primeiras etapas, depreende-se que o problema do Nordeste, dentro da economia brasileira, apresenta maior gravidade que o do próprio Brasil, no conjunto das economias mundiais.(FURTADO, 1997, p. 391)

Mais do que com o desnível constatado, Furtado preocupava-se com a tendência de aumentar, progressivamente, as disparidades econômicas entre o Nordeste e o Centro-Sul. Temia o que Myrdal (1968) chamou do princípio da causação circular acumulativa, colocando em risco a unidade nacional com o aprofundamento das desigualdades. Na sua visão, tal aprofundamento entre os dois sistemas existentes no Brasil era uma possibilidade real, pois, nas duas últimas décadas as disparidades haviam aumentado significativamente.

Fica evidente que o autor aplicou o princípio do antagonismo entre centro e periferia, desenvolvido pela CEPAL, para entender as relações do Nordeste com o Centro-Sul. Para isso, faz uso da história econômica para identificar as raízes do subdesenvolvimento do Nordeste. Com isto, rejeita os paradigmas tradicionais de análise do Nordeste que, no geral, atribuíam o quadro de pobreza regional as suas características naturais (RIBEIRO, 2010).

De acordo com Furtado, o atraso em que se encontrava o Nordeste não podia ser explicado apenas pelas limitações do quadro natural: menor quantidade disponível de terras agricultáveis, ocorrência das secas periódicas. Ou mesmo de fatores econômicos deles decorrentes como concentração de renda, dimensão da economia de subsistência que absorvia um grande contingente populacional no semiárido. Para ele, as diferenças no ritmo de crescimento do Nordeste frente às áreas industriais do Sudeste tinham sua explicação na dinâmica da “*política de desenvolvimento*”. A política cambial adotada pelo Brasil e os subsídios favoreciam o crescimento das indústrias do Centro-Sul, em detrimento da economia nordestina.

Se isso não bastasse, Furtado identificava alguns mecanismos de transferência inter-regional de renda, que penalizavam o Nordeste, dentre eles o comércio interregional. Em virtude da política protecionista, o Nordeste estava obrigado a adquirir os bens industrializados (cujos preços haviam triplicado nas décadas de 40 e 50). Assim, o Nordeste perdia quase metade das divisas obtidas com suas exportações. Contrariamente ao que ocorria com a balança comercial externa que era superavitária, a balança comercial com o Sudeste-Sul era deficitária (MARTINI, 2006).

Com efeito, as medidas de política econômica implantadas para favorecer a substituição de importações representavam, na verdade, subsídios à indústria do Sudeste, desfavorecendo as exportações agrícolas, base da economia nordestina. A adoção de taxas de câmbio diferenciadas tinha com objetivo favorecer a importação de bens de capital e de bens intermediários para a indústria nascente ao mesmo tempo em que desfavorecia a importação de bens de consumo. A adoção de taxas de câmbio supervalorizadas representava uma política que tinha efeitos negativos sobre o Nordeste, na medida em que representava, de fato, um confisco cambial sobre as exportações de açúcar, de cacau e de algodão procedentes do Nordeste (SILVESTRE, 1997). Sobre esse aspecto Furtado afirma:

A procura de equipamentos e produtos semi-elaborados, que as indústrias requerem – em grande parte artigos não produzidos no país – cresceu com intensidade muito maior no Centro-Sul. Os efeitos dessa procura mais intensa de divisas no Centro-Sul foram agravados pela política de controle das importações, que em razão de seu caráter seletivo favorecia as importações sem equivalente nacional, muito menos frequentes na folha de compras do Nordeste que na do Centro-Sul. É este um caso típico de medidas que, embora orientadas no louvável sentido de fomentar a industrialização do País, redundaram em prejuízo direto da região menos desenvolvida. (FURTADO, 1987, p. 397)

Tendo em vista que para Furtado a relação entre o Nordeste e o Centro-Sul do Brasil afetava negativamente a primeira, o autor apoia-se na análise cepalina de relação centro-periferia para entender e propor políticas para a superação do subdesenvolvimento do Nordeste. Ele não analisa a região de forma isolada, mas com base nas suas articulações com o exterior e com a região Centro-Sul do País. De forma análoga à análise centro-periferia da Cepal, as trocas comerciais entre o Nordeste e o Centro-Sul do Brasil tinham, também, um duplo efeito de transferência de renda e de entrave ao processo de industrialização do Nordeste (DINIZ, 2010).

O documento do GTDN: *Uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste*, foi apresentado publicamente em março de 1959 e suas diretrizes podem ser sintetizadas em cinco grandes linhas ou programas: industrialização; transformação da agricultura da faixa úmida; transformação da economia do semiárido, deslocamento da fronteira agrícola para o Maranhão e o fortalecimento da infraestrutura. Este documento de 94 páginas apresenta vários quadros estatísticos e está dividido em quatro grandes partes, além de uma Introdução Geral: *I – O Nordeste na Economia Brasileira; II – Elementos Dinâmicos da Economia do Nordeste; III – Aspectos Econômicos do Problema das Secas; IV – Plano de Ação.*

De acordo com Diniz (2009):

Observa-se, portanto, que o plano de Furtado tinha caráter reformista e modernizador, com forte influência das visões keynesiana, de intervenção do Estado para a solução dos problemas econômicos e sociais, e de Manheim,⁶ que defendia o planejamento como solução para a busca da democracia e da justiça social. (DINIZ, 2009)

Apesar de ter traçado cinco linhas de ação, percebe-se, claramente, no documento que o eixo central da sua proposta era a industrialização. As outras quatro linhas eram subsidiárias desse eixo central. A saída possível para o Nordeste seria a industrialização. Só através da criação de um parque industrial seria possível estabelecer as bases para um desenvolvimento endógeno, com diversificação da estrutura produtiva, capaz de absorver a mão-de-obra disponível e, nessa medida, gerar mercado interno e criar um empresariado capitalista dinâmico. No entanto, de acordo com Furtado a região não dispunha do capital necessário para empreender tal iniciativa. O que dispunha era aplicado fora da região. Diante deste quadro, Furtado procurou um novo impulso para a economia nordestina através de um planejamento econômico adequado. Dessa forma, propôs uma política de atração de capital de fora da região.

Nas regiões urbanas do Nordeste há, hoje em dia, uma massa de desemprego disfarçado que não será inferior a meio milhão de pessoas em idade de trabalhar. Esse exército de subempregados vem crescendo com intensidade igual ou maior que a do total da população urbana. A política industrial visa o tríplice objetivo de dar emprego a essa massa flutuante, criar uma classe dirigente nova, imbuída do espírito de desenvolvimento, e fixar na região os capitais formados em outras atividades econômicas, que atualmente tendem a emigrar”. (FURTADO, 1987, p. 389)

A política proposta de industrialização do Nordeste compreendia várias estratégias, podendo ser destacadas: a) a instalação de um núcleo industrial autônomo no Nordeste, para tanto era preciso atrair capital para investimento na região; para tanto foi estabelecida uma política de incentivos fiscais, fundada na isenção de 50% do Imposto de Renda para as empresas nacionais e estrangeiras que quisessem aplicar os recursos no Nordeste; de acordo com Furtado era “repensar o sistema de incentivos especificamente em função do Nordeste, cuja industrialização teria lugar sob o fogo da concorrência das indústrias consolidadas do Centro-Sul”. (FURTADO, 1989, p. 120); b) modernização das indústrias tradicionais, particularmente as têxteis, para que pudessem enfrentar a concorrência das empresas do Sudeste; c) criação de indústrias de base que garantissem um núcleo dinâmico, permitindo o estabelecimento de uma estrutura

econômica capaz de se autopropagar; d) fortalecimento da infraestrutura na região em termos de energia elétrica, estradas, portos, aeroportos, essenciais para garantir a eficiência produtiva às unidades empresariais que aqui se instalassem; e) garantia de abastecimento dos produtos de primeira necessidade (particularmente de alimentos) para não pressionar os salários, caso contrário eliminaria um dos atrativos para o capital extrarregional, daí a necessidade de reorganizar a produção na Zona da Mata com o objetivo de aumentar a oferta de alimentos; f) qualificação da mão de obra regional de modo a atender as necessidades do parque industrial a ser instalado.

Vê-se, portanto, que a proposta de industrialização não está desvinculada das demais linhas de ação apresentadas no GTDN:

[...] transformação da economia agrícola da faixa úmida, com vistas a proporcionar uma oferta adequada de alimentos nos centros urbanos, cuja industrialização deverá ser intensificada; [...] transformação progressiva da economia das zonas semiáridas no sentido de elevar a sua produtividade e torna-la mais resistente ao impacto das secas; e[...] deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste visando incorporar à economia da região as terras úmidas do **hinterland** maranhense, que estão em condições de receber os excedentes populacionais criados pela reorganização da faixa semiárida.(FURTADO, 1987, p. 390)

Em suma, a proposta de industrialização do Nordeste construída por Celso Furtado tinha como objetivo a quebra das relações de troca de bens e serviços que davam sustentação às relações de subordinação e dependência da região com o Centro-Sul. Com efeito, a criação de um centro industrial autônomo pode ser compreendido como uma política de substituição de importações em termos regionais (RIBEIRO, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho desenvolvido procurou evidenciar a trajetória de vida e de ação do economista paraibano Celso Furtado. Para maior clareza e entendimento sobre o tema fizemos um resgate histórico sobre a vida de Furtado, desde o seu nascimento, passando por toda sua vida acadêmica, cargos públicos e políticos, bem como sua importância para a economia nacional e principalmente a economia do Nordeste.

Pode-se afirmar que Celso Furtado, através de sua obra e de sua ação, projetou a construção de uma teoria do desenvolvimento e do subdesenvolvimento e, contribuindo de forma decisiva na compreensão da formação econômica e política brasileira. Em termos nacionais, o seu livro *Formação Econômica do Brasil* é um marco importante para a compreensão do processo de formação da sociedade brasileira. Neste livro, o autor mostra como é possível fazer uso da teoria econômica para a análise de uma realidade concreta. Em termos regionais, o relatório “Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste” evidencia a terceira vertente do trabalho de Furtado: a utilização da teoria para o entendimento da realidade concreta tendo em vista uma ação transformadora. O autor não quis ser apenas um estudioso da realidade nacional e regional. Ele, sobretudo, quis fazer do conhecimento um trampolim para indicar ações que pudessem transformar a sociedade em termos de maior igualdade e de humanidade.

A sua atuação à frente da Sudene ilustra bem essa busca incessante de contribuir para um Nordeste menos desigual, mostrando que a pobreza não é uma sina mas o resultado de escolhas feitas pela sociedade.

As palavras de Diniz sintetizam com vigor a contribuição de Furtado para o entendimento da questão nordestina, para tanto teve de quebrar tabus (o determinismo geográfico) e resistências de grupos de interesse com o atraso regional:

Resgatando a própria interpretação sobre o desenvolvimento brasileiro e a interpretação da Cepal (1950), Furtado formula um sintético, porém profundo, diagnóstico das razões do subdesenvolvimento nordestino e cria as bases para a sua superação. Celso Furtado buscou, através da teoria, explicar a singularidade da Região Nordeste, bem como identificar as determinantes primárias do atraso nordestino, nas formas históricas de sua ocupação econômica, na sua estrutura fundiária e não nas determinações climáticas, procurando mostrar possíveis soluções. (DINIZ, 2009)

Em resumo, Celso Furtado situa-se entre os principais economistas latino-americanos com uma contribuição decisiva para a compreensão do subdesenvolvimento que secularmente afeta a nossa sociedade. Ao longo de sua obra procurou discutir a realidade histórica a partir de uma construção teórica, tendo em vista uma ação transformadora da realidade estudada. Neste sentido, o GTDN é um bom exemplo desse procedimento metodológico.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Rosa Freire (Org.). Obra autobiográfica de Celso Furtado. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- AQUINO, Laura Chistina Mello. *Serie Histórica 19 Celso Furtado*. João Pessoa: A União, 2000.
- BACELAR, Tânia. “A questão regional” e “a questão nordestina”. In TAVARES, Maria da Conceição. Celso Furtado e o Brasil. São Paulo, editora Fundação Perseu Abramo, 2009.
- BRASIL. Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959.
- CABRAL, Renan. Das ideias a ação, a Sudene de Celso Furtado. *Cadernos do Desenvolvimento*. São Paulo, v. 6, ano 8, maio de 2011.
- CANO, Wilson. Celso Furtado: brasileiro, servidor público e economista. In COELHO, Francisco da Silva. GRANZIERA, Rui Guilherme. Celso Furtado e a formação econômica do Brasil. São Paulo, Ed. Atlas, 2009.
- CHACON, Vamireh. *Celso Furtado: formação e ação*. *Jornal do País*. Rio de Janeiro: Acervo museológico da ABL, 1984.
- DINIZ, Clélio Campolina. Celso Furtado e o desenvolvimento regional. In *Nova Economia*, vol.19 no.2 Belo Horizonte May/Sept. 2009.
- FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2001.
- FERRARI FILHO, Fernando. *Celso Furtado: o imortal*. *Zero Hora*, 27/11/2004.
- FURTADO, Celso. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- _____. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- FURTADO, Celso. *Transformação e crise na economia mundial*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- _____. *A fantasia desfeita* (memórias). São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- GTDN. *Uma política de desenvolvimento econômico para o nordeste* – segunda edição – SUDENE, estudo elaborado pelo grupo de trabalho para o desenvolvimento do nordeste. Imprensa nacional. Recife, 1967.
- MARTINI, Ricardo Agostini. Celso Furtado, o subdesenvolvimento do Nordeste e o planejamento regional. Monografia (graduação em Economia, UFMG, Minas Gerais, 2006). Disponível em www.essametamorfose.blogspot.com.br, acesso em 11/03/ 2014 às 23:00.
- MYRDAL, Gunnar. *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. São Paulo: Ed. Saga. 1968.
- OLIVEIRA, Francisco. O maior economista foi um servidor da República. *Folha de São Paulo*, 21/11/2004.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; REGO, José Márcio (orgs). *A grande esperança em Celso Furtado*. São Paulo: Editora 34, 2001.

RIBEIRO, Carine Pereira. Desenvolvimento e subdesenvolvimento segundo Celso Furtado: influência no debate sobre a questão regional brasileira. Monografia (graduação em economia, UFSC, Santa Catarina, 2010). Disponível em www.tcc.bu.ufsc.br, acesso em 12/03/2014 às 22:00.

RICUPERO, Bernardo. **Celso Furtado e o pensamento social brasileiro**. ACESSA.com, 2002. Disponível em: <http://www.acessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=33>

SILVESTRE, Maria Elizabeth Duarte. Revisando o GTDN. *Ensaio sobre as origens do planejamento regional*. Monografia (graduação em Economia, UFPI, Piauí, 1997). Disponível em www.corecon-pi.org.br, acesso em 11/03/2014 às 23:30.

SUDENE. **Quem foi Celso Furtado** . S/D. Disponível em www.sudene.gov.br/quem-foi-celso-furtado

MOREIRA, I. T. ; MOREIRA, Emilia . Estado e secas no Nordeste. In: Emilia de Rodat F. Moreira. (Org.). *Agricultura familiar e desertificação*. 1ed.João Pessoa: Editora Universitária, 2006, v. 1, p. 91-130.

THEODORO, M. Entrevista com Celso Furtado, 2007. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaios/article/viewFile/3248/2438>

VIDAL, Francisco Carlos Baqueiro. *A problemática do semi-árido Nordestino á luz de Celso Furtado: permanência da pobreza estrutural*. 2003. Disponível em www.centrocelsofurtado.org.br, acesso em 11/ 03/ 2014.

- **Sites:**

HTTP: // www.sudene.gov.br/. Acesso em 7 de janeiro. 2014, 10:15:45.

HTTP: //www.centrocelsofurtado.org.br/. Acesso em 03 de fevereiro de 2014, 19:00.

[HTTP://www.academia.org.br](http://www.academia.org.br). Acesso em 12 de fevereiro de 2014, 16:00.

[HTTP://www.almanaquebrasil.com.br/personalidades-política/5533-celsofurtado.html](http://www.almanaquebrasil.com.br/personalidades-politica/5533-celsofurtado.html).

Acesso em 12 de fevereiro de 2014, 21:00.

ANEXO

Dentre livros, teses, bem como artigos e ensaios mais importantes de Celso Furtado, podemos destacar:

- *Contos da vida expedicionária - de Nápoles a Paris*. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1946.
- *L'économie coloniale brésilienne*(1948). Paris: Universidade de Paris. Tese de doutorado apresentada à Faculté de droit et de sciences économiques, Paris, 1948.
- *A economia brasileira*. Rio de Janeiro: A Noite, 1954.
- *Uma economia dependente* . Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1956.
- *Perspectivas da economia brasileira* . Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1958.
- *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1959.
- *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.
- *A Operação Nordeste*. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1959.
- *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- *Subdesenvolvimento e Estado democrático*. Recife: Condepe, 1962.
- *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.
- *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina* (1966). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Editora Nacional, 1967.
- *Formação econômica da América Latina*. Rio de Janeiro: Lia Editora, 1969.
- *Análise do “modelo” brasileiro* (1972). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- *A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.
- *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- *Prefácio a nova economia política* (1976). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- *A economia latino-americana* (1976). São Paulo: Editora Nacional, 1976.

- *Criatividade e dependência na civilização industrial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- *Pequena introdução ao desenvolvimento – um enfoque interdisciplinar*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.
- *O Brasil pós- “milagre”* . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- *A nova dependência, dívida externa e monetarismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- *Não à recessão e ao desemprego*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- *A fantasia organizada* (memórias).. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- *Transformação e crise na economia mundial* . São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- *ABC da dívida externa*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- *A fantasia desfeita* (memórias). São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- *Os ares do mundo* (memórias). São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- *Brasil, a construção interrompida*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- *Obra autobiográfica de Celso Furtado*. 3 vol. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- *O capitalismo global*. São Paulo: Paz e Terra.. Lisboa: Gradiva, 1998.
- *Seca e poder – entrevista com Celso Furtado* (1998). São Paulo: ed. Fundação Perseu Abramo, 1998.
- *O longo amanhecer - reflexões sobre a formação do Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- *Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- *Em busca de novo modelo – reflexões sobre a crise contemporânea*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- *Raízes do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.